

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2010

1

Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973	Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2010	Emenda nº 1 – CDH/CCJ
		Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2010, a seguinte redação:
	Assegura o registro público aos prenomes indígenas.	“Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para assegurar o registro público aos prenomes indígenas.”
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º O art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigor acrescido de § 2º, renumerado o atual parágrafo único como § 1º:	
Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.	“ Art. 55.	
Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente.	
	§ 2º A proibição de atribuição de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo, de que trata o § 1º deste artigo, não se aplica aos índios, que poderão registrar os prenomes segundo a sua etnia, a sua cultura ou os seus costumes.” (NR)	

